

1. Memória descritiva do orçamento

Nos documentos previsionais para 2019 verifica-se um aumento de 3,7 % face ao ano anterior.

O valor global do orçamento fixa-se em 19.258.855 €, de onde se destaca as aquisições de bens de capital com uma dotação orçamental de 5.738.431 € (29,8 % do total do orçamento).

Procuramos com este orçamento responder às necessidades das pessoas, de uma forma sustentável e eficaz, garantindo o seu desenvolvimento e a coesão social.

Vamos procurar dar continuidade ao trabalho em curso centrando as prioridades em seis eixos estratégicos:

Eixo 1 – Regeneração Urbana – Consolidar uma cidade para as pessoas

Eixo 2 – Desenvolvimento económico, emprego e inovação

Eixo 3 – Coesão social e cidadania

Eixo 4 – Educação, cultura e juventude

Eixo 5 – Associativismo, desporto e vida saudável

Eixo 6 – Cidade sustentável e inteligente

Dos projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos destacam-se os que fazem parte do PEDU, como é o caso:

- Remodelação/Modernização do Cine teatro S. João

Será aposta a remodelação e modernização do Cine teatro S. João, de modo a devolver a vida a este espaço que tanta falta faz ao concelho.

Esta empreitada foi adjudicada no final de 2017 pelo valor de 1.365.991,50 € estando a sua conclusão prevista no primeiro quadrimestre do ano de 2019.

Prevê-se a substituição da cobertura (amianto), redes interiores, melhoria do isolamento acústico e térmico, equipamentos e a interação funcional com o espaço do edifício ao lado e a tardoz para gerar novas acessibilidades e valências como espaço cultural.

- Melhoria do Desempenho Energético do Município

Trata-se de um investimento incluído dentro dos Investimentos Integrados (ITI) do Médio Tejo, o qual, já se encontra contratualizado.

Pressupõe a substituição das luminárias do concelho por tecnologia LED.

Estima-se que a despesa desta primeira fase do investimento se situe na ordem dos 472.000 € e que a execução decorra em 2019.

- Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)

O objetivo desta reabilitação é a melhoria da acessibilidade ao edifício, substituição de materiais (cobertura, pavimentos interiores, instalações sanitárias, redes interiores) e equipamentos (frio e iluminação) e revisão do “layout” visando a mobilização de novas valências de reforço às lojas existentes e a novas ações de regeneração do espaço.

Esta empreitada foi adjudicada pelo valor de 896.433,80 € e prevê-se o encerramento em fevereiro de 2019.

Pretende-se um espaço moderno e energeticamente eficiente e inteligente.

- Requalificação do Espaço Público – ARU 1 e ARU 3

Esta empreitada terá uma intervenção na Rua Eng.º Ferreira Mesquita, Travessa do Cais, Rua 1.º de Maio e Praça das Tílias. O objetivo é intervir profundamente numa das entradas principais da Cidade do Entroncamento.

A Rua Ferreira Mesquita há muito que necessita de intervenção, não só ao nível do pavimento, como ao nível da iluminação, sinalética, mobilidade e até mesmo ao nível estético.

Faz ainda parte da presente empreitada a qualificação de um espaço de recreio da antiga escola da Tílias. A intervenção passará pela criação de uma praça na zona envolvente ao edifício que permitirá gerar novas zonas de estadia e lazer e de encontro multigeracional. Será essencialmente um espaço de usufruto das pessoas dentro da cidade, com ligação a um espaço contíguo já existente e requalificado.

O valor da empreitada está estimado em cerca de 1.410.000 €, sendo financiada em 85 % por fundos comunitários.

- Requalificação Urbana do Espaço Público, Equip. e Edificado nos Bairros Sociais - ARU3

Em termos gerais, a intervenção visa a realização de um conjunto de ações contempladas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) do Município do Entroncamento, consideradas como prioridades de investimento (P.I.), designadamente no âmbito da P.I. 9.8 - Regeneração Urbana Associada a Comunidades Desfavorecidas, com intervenções no espaço público, em equipamentos de utilização coletiva e no edificado, numa área total de intervenção de aproximadamente 31.735,00 m².

Os objetivos desta requalificação são:

1. Requalificação dos logradouros dos edifícios municipais da Rua General Humberto Delgado para a instalação de 20 hortas municipais;
2. Requalificação das vias estruturantes adjacentes ao Bairro social Frederico Ulrich;
3. Requalificação do edificado muito degradado ou em ruína do Bairro Social Frederico Ulrich, com intervenções prioritárias identificadas em 8 moradias;



4. Requalificação dos espaços verdes dos bairros sociais, nomeadamente a Praça da Rua Dr. Artur Proença Duarte;
5. Em complementaridade a esta praça e ao bairro social, propõe-se a requalificação do troço da Rua Eng. Alberto Saraiva e Sousa;
6. Requalificação do troço nascente da rua Coronel Joaquim Estrela Teriaga (entre a Rua Dr. Eugénio Lemos e a Rua Artur Dias Morga) e da Rua Artur Dias Morga, com vista à instalação de ciclovias;
7. Valorização paisagística na traseira da central elétrica / Rua Artur Dias Morga, com a introdução de faixa de estacionamento e arborização.

O valor da empreitada está estimado em cerca de 942.310 €, sendo financiada em 85 % por fundos comunitários.

O documento em apreço segue o caminho percorrido em anos anteriores, o qual, consiste no rigor e contenção da despesa para que se consiga criar oportunidades de investimento.

Entroncamento, 30 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

2. Cenário Macroeconómico para 2019

O cenário macroeconómico assenta num conjunto de hipóteses sobre a envolvente externa das quais se destacam as relacionadas com a evolução dos principais parceiros económicos de Portugal e com a evolução do preço do petróleo, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

Para 2019, prevê-se um crescimento real do PIB de 2,2%, uma ligeira desaceleração face a 2018, em linha com o abrandamento esperado na área do euro (1,9%).

Em relação às componentes do PIB, estima-se que em 2018 o **consumo privado**, fruto do aumento do rendimento disponível das famílias, mantenha o crescimento observado em 2017, abrandando em 2019 (1,9%). O crescimento do **consumo público** deverá igualmente desacelerar em 2019 para 0,2%, refletindo a natureza da política orçamental adotada.

Para 2019 prevê-se um crescimento do **investimento** de 7%, impulsionado quer pelo investimento privado, quer pelo investimento público, consubstanciando uma aceleração face a 2018 (5,2%).

No que toca ao comércio internacional, prevê-se uma desaceleração do crescimento das **exportações**, em linha com a procura externa relevante. O crescimento das **importações** também deverá abrandar, refletindo a evolução da procura global.

Antecipa-se que o **mercado de trabalho** continue a apresentar um elevado dinamismo, estimando-se que a taxa de desemprego em 2018 se cifre em 6,9%. Em 2019, prevê-se nova redução da taxa de desemprego, para 6,3%, menos 0,9 p.p. do que previsto aquando do Programa de Estabilidade.

A **inflação**, medida pelo IPC, deverá fixar-se nos 1,3% em 2018 e 2019, refletindo a manutenção de pressões inflacionistas externas e internas moderadas.

No plano orçamental para 2019 prevê um défice orçamental de 0,2% do PIB (i.e. uma melhoria de 0,5 p.p.), decorrente de uma redução de 0,4 p.p. no peso da despesa total no PIB, a par de um ligeiro crescimento do peso da receita (0,2 p.p.).

No seu conjunto, perspetiva-se uma progressiva melhoria dos desequilíbrios macroeconómicos quer internos, quer externos, da economia portuguesa.

Quadro II.3.3. Cenário macroeconómico 2018-2019
(taxa de variação, %)

	2016	2017	2018 ^(e)	2019 ^(p)	2018 ^(e)	2019 ^(p)
	INE		OE 2019		PE 2018-22	
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento homólogo real, %)						
PIB	1,9	2,8	2,3	2,2	2,3	2,3
Consumo privado	2,4	2,3	2,3	1,9	2,0	2,0
Consumo público	0,8	0,2	1,0	0,2	0,7	-0,1
Investimento (FBCF)	2,3	9,2	5,2	7,0	6,2	7,0
Exportações de bens e serviços	4,4	7,8	6,6	4,6	6,3	4,8
Importações de bens e serviços	4,7	8,1	6,9	4,8	6,3	5,0
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)						
Procura interna	2,0	3,1	2,7	2,5	2,5	2,6
Procura externa líquida	-0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2
Evolução dos preços						
Deflador do PIB	1,8	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4
IPC	0,6	1,4	1,3	1,3	1,4	1,4
Evolução do mercado de trabalho						
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	1,6	3,3	2,5	0,9	1,9	1,1
Taxa de desemprego (%)	11,1	8,9	6,9	6,3	7,6	7,2
Produtividade aparente do trabalho	0,3	-0,5	-0,2	1,3	0,5	1,2
Saldo das balanças corrente e de capital² (em % do PIB)						
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao e	1,0	1,1	1,0	1,2	1,6	1,8
- Saldo da balança corrente	0,1	0,2	0,0	0,0	0,7	0,7
da qual: saldo da balança de bens e serviços	1,1	0,8	0,7	0,7	1,0	1,0
- Saldo da balança de capital	0,9	0,9	1,0	1,2	0,9	1,1

(e) - estimativa, (p) - previsão.
Fontes: INE e Ministério das Finanças.

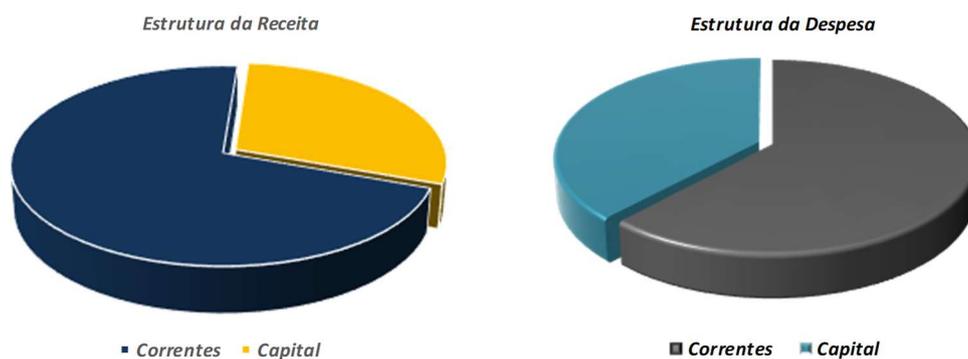
3. Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano

3.1. Valor Global do Orçamento

O orçamento do município do Entroncamento para o ano de 2019 totaliza 19.258.855 € e tem a seguinte composição:

<i>Designação</i>	<i>Receitas</i>		<i>Despesas</i>	
	<i>Valor €</i>	<i>%</i>	<i>Valor €</i>	<i>%</i>
Correntes	13 611 645	71%	11 924 075	62%
Capital	5 647 210	29%	7 334 780	38%
Total	19 258 855	100%	19 258 855	100%

Representação Gráfica:



3.2. Evolução do saldo global

Descrição	Orçamento (€)		Variação	
	2018	2019	Valor (€)	%
Receita corrente	13 400 113	13 611 645	211 532	1,6%
Receita de capital (efetiva) (1)	4 146 257	4 697 210	550 953	13,3%
Receita efetiva (1)	17 546 370	18 308 855	762 485	4,3%
Despesa corrente	11 847 498	11 924 075	76 577	0,6%
Despesa de capital (efetiva) (2)	5 610 024	5 920 325	310 301	5,5%
Despesa efetiva (2)	17 457 522	17 844 400	386 878	2,2%
Saldo corrente	1 552 615	1 687 570	134 955	8,7%
Saldo de capital	-1 463 767	-1 223 115	240 652	-16,4%
Saldo global	88 848	464 455	375 607	422,8%

(1) - Não inclui ativos e passivos financeiros

(2) - Não inclui ativos e passivos financeiros

Relativamente ao ano anterior, assiste-se a um aumento da receita efetiva em 762.485 € (+4,3%) e da despesa efetiva em 386.878 € (+2,2 %), o que se traduz num diferencial previsto de 375.607 €.

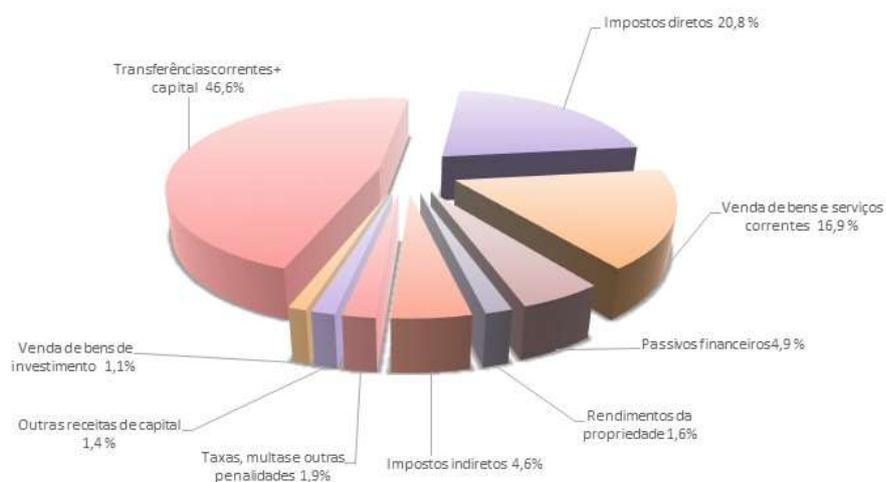
Existe de facto uma tentativa de aproximar o orçamento do município à realidade das suas efetivas capacidades financeiras.

3.3. Previsão das receitas

A receita municipal prevista para o ano de 2019 ascende a 19.258.855 €. Face à receita orçamentada em 2018 verifica-se um acréscimo de 1,5 %, ou seja, mais 282.925 €.

Rubricas	Previsão 2018		Previsão 2019		Evol. 2019/2018		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2017	2018
01 Impostos diretos	3 801 555	20,0%	4 003 224	20,8%	201 669	5,3%	28,4%	29,4%
02 Impostos indiretos	582 881	3,1%	887 578	4,6%	304 697	52,3%	4,3%	6,5%
04 Taxas, multas e outras penalidades	311 069	1,6%	370 737	1,9%	59 668	19,2%	2,3%	2,7%
05 Rendimentos da propriedade	1 178 158	6,2%	304 121	1,6%	-874 037	-74,2%	8,8%	2,2%
06 Transferências correntes	4 467 974	23,5%	4 759 078	24,7%	291 104	6,5%	33,3%	35,0%
07 Venda de bens e serviços correntes	3 008 588	15,9%	3 247 011	16,9%	238 423	7,9%	22,5%	23,9%
08 Outras receitas correntes	49 888	0,3%	39 896	0,2%	-9 992	-20,0%	0,4%	0,3%
Total de receita correntes	13 400 113	70,6%	13 611 645	70,7%	211 532	1,6%	100,0%	100,0%
09 Venda de bens de investimento	214 164	1,1%	208 969	1,1%	-5 195	-2,4%	3,8%	3,7%
10 Transferências de capital	3 670 224	19,3%	4 219 790	21,9%	549 566	15,0%	65,8%	74,7%
12 Passivos financeiros	1 429 560	7,5%	950 000	4,9%	-479 560	-33,5%	25,6%	16,8%
13 Outras receitas de capital	261 868	1,4%	268 450	1,4%	6 582	2,5%	4,7%	4,8%
14 Repos. não abatidas nos pagamentos	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Total de receitas de capital	5 575 817	29,4%	5 647 210	29,3%	71 393	1,3%	100,0%	100,0%
Total de receitas	18 975 930	100,0%	19 258 855	100,0%	282 925	1,5%		

O gráfico permite visualizar a previsão da distribuição das receitas por capítulos, onde se destacam, pelo seu volume as **Transferências correntes e de capital (46,6 %)**, seguidas de 3 rubricas que no seu conjunto representam 42,6 % da previsão: **impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e passivos financeiros**.





No que diz respeito às rubricas de impostos, taxas e tarifas, as mesmas foram inscritas com base no disposto na alínea a) do ponto 3.3.1 do POCAL na redação que lhe foi conferida pelo DL n.º 84-A/2002 de 5 de abril, isto é, não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excetuando-se as receitas novas ou atualização de impostos, taxas e tarifas, cuja deliberação já tenha sido tomada.

Veja-se de seguida, de forma detalhada, as diversas rubricas que compõem a receita:

01 – Impostos Diretos

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2 793 757,00	69,79%
010203	Imposto único de circulação	451 820,00	11,29%
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	525 904,00	13,14%
010205	Derrama	231 740,00	5,79%
010207	Impostos abolidos		0,00%
01020701	Contribuição autárquica	1,00	0,00%
01020702	Imposto municipal de sisa	1,00	0,00%
01020703	Imposto municipal sobre veículos	1,00	0,00%
	TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"	4 003 224,00	100,00%

A maior verba desta rubrica provém do IMI, que foi calculado com base em elementos retirados dos ficheiros disponibilizados no Portal das Finanças com a referência cadastral de todos os prédios registados e aplicada a **taxa de 0,35 %**.

Os restantes impostos foram calculados com base na média dos últimos 24 meses (regra previsional acima descrita) à exceção dos impostos abolidos cuja rubrica apenas ficou aberta acautelando entrada de receita referente a situações antigas.



02 – Impostos Indiretos

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
02020601	Mercados e feiras	20 418,00	2,30%
02020602	Loteamentos e obras	652 147,00	73,47%
02020603	Ocupação da via pública	187 388,00	21,11%
02020605	Publicidade	2 404,00	0,27%
02020699	Outros		
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	6 170,00	0,70%
0202069903	Taxa de Proteção Civil	1,00	0,00%
0202069999	Outros	19 050,00	2,15%
	TOTAL "IMPOSTOS INDIRETOS"	887 578,00	100,00%

“Impostos Indiretos” totaliza uma previsão de receita no valor de 652.147 €, sendo “loteamentos e obras” a rubrica com maior expressão, representando 73,47 %.

Na previsão desta rubrica foram considerados os projetos que deram entrada no Município, havendo a expectativa que os mesmos se realizem.

O valor previsto diz respeito a:

Requerente: Insólito - Rumo

Local: Quinta das Vendas

Previsão de receita: 400.000 €

Requerente: Nabão XXI

Local: Ferreira de Castro

Previsão de receita: 217.723,31 €

Requerente: Jerónimos & Filhos

Local: Foros do Casal Melão

Previsão de receita: 8.919,30 €

Requerente: Eminvest

Local: Rua António Lucas / Av. Dr. José Eduardo Vitor das Neves

Previsão de receita: 21.398,99 €

Requerente: Miraterra

Local: Urbanização Saldanha Norte

Previsão de receita: 4.105,42 €

Ocupação da Via Publica

Previsão de cobrança da ocupação da via publica por motivo de obras na Urbanização da Capela - Formigão, à firma Construções Rodrigues e Manuel Vieira, Lda.

Foi deliberado em reunião de câmara de 01 de julho de 2013 o pagamento de 190.516,35 € estando neste momento ainda em falta **171.638,50 €**.



04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
0401	Taxas		
04012301	Mercados e feiras	144 885,00	39,08%
04012302	Loteamentos e obras	39 632,00	10,69%
04012303	Ocupação da via pública	14 478,00	3,91%
0401239999	Outras		0,00%
040123999905	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	25 748,00	6,95%
040123999906	TRH - Água	27 448,00	7,40%
040123999907	TRH - Saneamento	10 446,00	2,82%
040123999999	Outras	25 378,00	6,85%
0402	Multas e outras penalidades		
040201	Juros de mora	77 019,00	20,77%
040202	Juros compensatórios	2 485,00	0,67%
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	1 249,00	0,34%
040299	Multas e penalidades diversas	1 969,00	0,53%
	TOTAL "TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"	370 737,00	100,00%

A previsão efetuada nesta rubrica teve por base a média da receita cobrada nos últimos 24 meses. “Mercados e Feiras” assume-se como a receita com maior influência, representando 39,08 % do total da previsão.

A rubrica “**outros**” diz respeito a:

Comparticipação em Transportes Escolares, Alvarás de ruído, Cemitério, Certidões, Horários de Funcionamento, Renovação de Cartões, Autenticação de fotocópias entre outras.

05 – Rendimentos de Propriedade

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
0502	Juros-Sociedades financeiras		
050201	Bancos e outras instituições financeiras	1,00	0,00%
050703	Dividendos - Empresas Privadas	1,00	0,00%
050999	Participação nos Lucros de A. Publica	1,00	0,00%
0510	Rendas		
051001	Terrenos	12 934,00	4,25%
051005	Bens de dominio público	1,00	0,00%
051099	Outros	291 183,00	95,75%
	TOTAL "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"	304 121,00	100,00%

“**Rendimentos de Propriedade**” totaliza uma previsão de receita no valor de 304.121,00 €.

“**Terrenos**” diz respeito às rendas que o município recebe fruto das instalações de antenas de telecomunicações em terrenos do município.

“**Outros**” diz respeito à renda de concessão paga pela EDP Distribuição ao Município.



06 – Transferências Correntes

CL	DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
060102	Privadas	1,00	0,00%
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	40 369,00	0,85%
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1 957 429,00	41,13%
06030102	Fundo Social Municipal	274 907,00	5,78%
06030103	Participação fixa no IRS	1 157 692,00	24,33%
06030199	Outras	945 407,00	19,87%
060306	Estado - Part. comunitária projetos co-financiados	357 790,00	7,52%
060604	Segurança Social - O. Transferências	25 483,00	0,54%
	TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"	4 759 078,00	100,00%

“Outras” refere-se a transferências provenientes das seguintes entidades:

<i>Instituto de Emprego e Formação Profissional</i>	
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	14 417,00
Contratos de Emprego e Inserção (CEI / CEI+)	46 920,00
Estágios PEPAL	16 290,00
<i>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares</i>	
Acordo Pré-Escolar - Apoio à Família (Refeições + Prolongamentos)	116 410,00
Manutenção do Parque Escolar	20 000,00
Atividades de Enriquecimento Curricular	63 715,00
<i>Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira</i>	
Transferência de Competências - Pessoal Não Docente	653 717,00
<i>Departamento da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo</i>	
Fundo Florestal	13 938,00
TOTAL	945 407,00

“Estado – Participação Comunitária”, diz respeito à participação nos seguintes projetos:

COMPONENTE	Valor 2019
DESPESA CORRENTE	
CIMT 2020	
Programa de Animação do Património - Steampunk Fest (CIMT)	89 478
Projeto "Caminhos"	55 326
Plano Estratégico Educativo e Revisão da Carta Educativa	30 762
Crescer na Cidade - Mais Inclusão, Melhor Educação	134 863
Experimenta + Ciência (Aquisição de Bens)	47 361
Total Previsto	357 790

No que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado (FEF, IRS, FSM), totalizam 3.702.128,00 €. Face ao ano anterior verifica-se um aumento de 7,8 %, ou seja, 266.395 €.

Transferências do Estado	2018	2019	Var.	
			Valor €	%
Correntes	3 234 426	3 390 028	155 602	4,8%
Fundo de equilibrio financeiro	1 811 765	1 957 429	145 664	8,0%
Fundo social municipal	274 907	274 907	0	0,0%
IRS	1 147 754	1 157 692	9 938	0,9%
De capital	201 307	312 100	110 793	55,0%
Total "Transferências Estado"	3 435 733	3 702 128	266 395	7,8%

07 – Venda de Bens e Serviços Correntes

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO	%
Água	1 364 784,00	42,03%
Saneamento	728 582,00	22,44%
Resíduos sólidos	546 126,00	16,82%
Parques de estacionamento	199 703,00	6,15%
Fornecimento de Refeições Escolares	116 355,00	3,58%
Rendas	97 710,00	3,01%
Transportes de pessoas e mercadorias	83 521,00	2,57%
Serviços desportivos	47 232,00	1,45%
Serviços culturais	31 894,00	0,98%
Prolongamento de Horários Escolares	16 742,00	0,52%
Outros produtos acabados e intermédios	4 149,00	0,13%
Trabalhos por conta de particulares	3 126,00	0,10%
Outros bens	2 275,00	0,07%
Outros serviços	2 258,00	0,07%
Mercados e feiras	1 536,00	0,05%
Recolha de Águas Residuais por Meios Moveis	428,00	0,01%
Ligações Sistema Publico Água (suspensão/reinício)	375,00	0,01%
Verificação de Contadores	77,00	0,00%
Livros e documentação técnica	70,00	0,00%
Execução de Ramais de Ligação >20M	62,00	0,00%
Outras mercadorias	1,00	0,00%
Inertes	1,00	0,00%
Sucata	1,00	0,00%
Aluguer de espaços e equipamentos	1,00	0,00%
Vistorias e ensaios	1,00	0,00%
Cemitérios	1,00	0,00%
TOTAL "VENDA DE BENS E SERVIÇOS"	3 247 011,00	100,00%

81,29%

Com a Venda de Bens e Serviços o município prevê arrecadar 3.247.011 €.

A receita com “Água”, “Saneamento” e “Resíduos Sólidos” representa 81,29 % das previsões efetuadas, ou seja, 2.639.492,00 €. A previsão de receita foi feita com base no estudo que acompanha a proposta de tarifário para 2019.

A previsão de receita das restantes rubricas foi efetuada com base na média da receita cobrada nos últimos 24 meses.



08 – Outras Receitas Correntes

Na rubrica “**outras receitas correntes**” o município prevê uma receita de 39.896 €.

A execução desta receita resulta dos patrocínios feitos por diversas entidades para as Festas da Cidade e outras receitas correntes que não tenham enquadramento nas rubricas anteriores.

09 – Vendas de Bens de Investimento

A previsão de receita para venda de bens e investimento é de 208.969 €.

A previsão é feita com base em:

- Média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imoveis nos últimos 36 meses (artigo 105.º da Lei 114/2017 de 29 de dezembro – LOE 2018);

- Receita proveniente da alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m2).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008. No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a faturação emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente ao terreno.

10 – Transferências de Capital

No que respeita às transferências de capital do Estado, o valor justifica-se em grande parte pelos Projectos Co-Financiados através do FEDER e DGEST, conforme demonstra mapas seguintes.

Cooperação técnica e financeira (contratos-programa):

Componente	2019
Pavilhão da Ruy Andrade	22 059,83
Total	22 059,83

Participação comunitária em projetos cofinanciados:

COMPONENTE	Valor 2019
DESPESA DE CAPITAL	
ITI	566 031
Melhoria do Desempenho Energético do Município - Iluminação Pública (ITI)	475 000
Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI)	27 281
Piscina Municipal - Cobertura	63 750
PORTUGAL 2020	3 106 912
Requal. Urb. Espaço Público, Equip. e Edificado nos Bairros Sociais - ARU3	442 197
Cine Teatro S. João - Remodelação e Modernização	880 183
Requalificação do Espaço Público - ARU 1	824 138
Ciclovia - Freguesia de S. João Batista (PMUS)	72 684
Reabilitação Mercado Diário (Ambiental e Energética)	582 695
Requalificação dos Espaços Verdes	152 016
Complexo Logístico e Industrial do Entroncamento	127 500
Requalificação do Espaço Público - Bairro Camoes	25 500
CIMT 2020	212 686
Crescer na Cidade	1 046
Interaje - Aprendizagem Colaborativa	49 557
Experimenta + Ciência (Aquisição de Equipamento Básico)	11 468
Arquivo Digital	17 774
Storage (Sistema Centralizado de Armazenamento)	70 571
Projeto WiFi - Fase 1	62 271
Total Previsto	3 885 630



12 – Passivos Financeiros

A previsão de receita é de 950.000 €.

Diz respeito a:

- Empréstimo de curto prazo que servirá para gestão de tesouraria do Município. Este empréstimo não está neste momento a afetar o equilíbrio do Orçamento uma vez que a verba está contemplada do lado da receita e da despesa.

O empréstimo em questão será em modalidade de conta corrente, e será amortizado na sua totalidade até ao final de 2019.

Tendo em conta que a liquidação do empréstimo em causa irá ser efetuado até final do ano, ou seja, é considerado como dívida fluante, não está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas.

- Empréstimos contratados para investimento para fazer face às empreitadas: Pavimentação da Zona Industrial, Cineteatro S. João e Mercado Municipal.

13 – Outras receitas de capital

- Acionamento das seguintes garantias bancárias para correção de defeitos e loteamentos não concluídos.

Descrição	Valor
Loteamento Casal Saldanha Norte - Infraestruturas Elétricas	17 950,00
Conclusão das Obras de Urbanização - Loteamento "Fontalgarve"	197 500,00
Escola Básica EB 2/3 Dr. Ruy Andrade - Correção de Defeitos	53 000,00
Total	268 450,00



3.4. Dotação das despesas

A despesa prevista para o ano de 2019 ascende a 19.258.855 € apresentando, em relação à despesa orçamentada em 2018, um aumento de 1,5 %, ou seja, mais 282.925 €.

Rubricas	Dotação 2018		Dotação 2019		Evol. 2019/2018		Peso relativo	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	2018	2019
01 Despesas com o pessoal	5 465 431	28,8%	5 674 870	29,5%	209 439	3,8%	46,1%	47,6%
02 Aquisição de bens e serviços	5 618 026	29,6%	5 503 747	28,6%	-114 279	-2,0%	47,4%	46,2%
03 Juros e outros encargos	137 700	0,7%	132 765	0,7%	-4 935	-3,6%	1,2%	1,1%
04 Transferências correntes	426 839	2,2%	415 497	2,2%	-11 342	-2,7%	3,6%	3,5%
06 Outras despesas correntes	199 502	1,1%	197 196	1,0%	-2 306	-1,2%	1,7%	1,7%
Total de despesas correntes	11 847 498	62,4%	11 924 075	61,9%	76 577	0,6%	100,0%	100,0%
07 Aquisição de bens de capital	5 576 021	29,4%	5 738 431	29,8%	162 410	2,9%	78,2%	78,2%
08 Transferências de capital	34 001	0,2%	51 105	0,3%	17 104	50,3%	0,5%	0,5%
09 Ativos financeiros	75 908	0,4%	35 455	0,2%	-40 453	0,0%	1,1%	1,1%
10 Passivos financeiros	1 442 500	7,6%	1 379 000	7,2%	-63 500	-4,4%	20,2%	20,2%
11 Outras despesas de capital	2	0,0%	130 789	0,7%	130 787	0,0%	0,0%	0,0%
Total de despesas de capital	7 128 432	37,6%	7 334 780	38,1%	206 348	2,9%	100,0%	100,0%
Total de despesas	18 975 930	100,0%	19 258 855	100,0%	282 925	1,5%		

As despesas correntes representam 61,9 % do total do orçamento, ficando as despesas de capital com 38,1 %.

Com a rubrica “Despesas com Pessoal” o município prevê gastar 5.674.870 €, ou seja, mais 3,8 % do orçamentado no ano anterior.

“Aquisições de Bens e Serviços” representam 28,6 % do orçamento e registam uma redução de 114.279 € face ao ano anterior.

O quadro seguinte demonstra as principais rubricas quem compõem as Aquisições de Bens e Serviços.

Designação	Valor
Outros serviços	1 512 683,00
Água	1 056 218,00
Consumo de Energia	558 290,00
Encargos das instalações	368 691,00
Outros trabalhos especializados	182 812,00
Alimentação-Refeições confeccionadas	159 535,00
Outros bens	154 182,00
Gasóleo	152 043,00
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	136 761,00
Material de educação, cultura e recreio	115 750,00
Encargos de cobrança de receitas	112 000,00
Comunicações	103 872,00
Gás	101 650,00
Assistência técnica	89 237,00
Seguros	80 236,00
Total principais projetos	4 883 960,00
Total das ABS	5 503 747,00
% dos principais projetos	89%

Na rubrica de “outros serviços” estão contempladas várias despesas entre as quais: saneamento, resíduos sólidos, atividades culturais e outras.

“**Juros e Outros Encargos**” refere-se aos juros de empréstimos de MLP, juros de locação financeira, juros de fornecedores e encargos bancários.

A previsão de despesa é no valor de 132.765 €.

“**Transferências Correntes**” a previsão de despesa é de 415.497 €. Refere-se principalmente a apoios dados às associações e a despesas com programas ocupacionais (pessoal do centro de emprego). De referir que em relação às associações está previsto um aumento de 5 % face aos valores deliberados em 2018 e contempla também uma verba para apoiar novas instituições que estejam em condições de receber subsídios por parte do Município.

“**Outras Despesas Correntes**” prevê gastar 197.196 €.

Nesta rubrica são classificados as restituições, indemnizações e reembolsos que o município tem de fazer.

No que diz respeito às despesas de capital temos:

“**Aquisição de Bens de Capital (PPI)**”

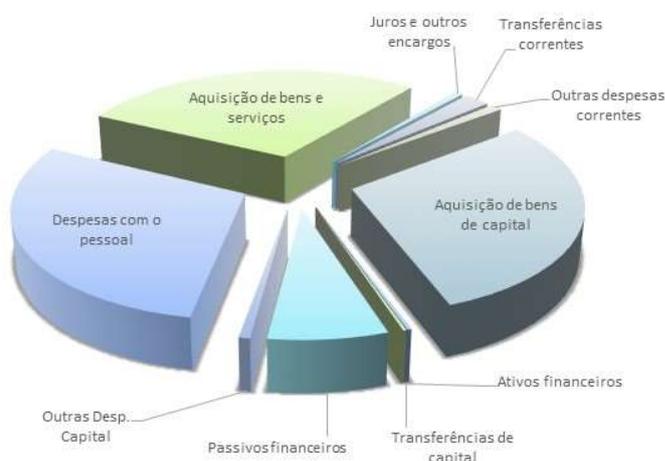
Será objeto de análise detalhada no ponto seguinte, já que tem correspondência com o Plano Plurianual de Investimentos.

“**Transferências de Capital**” prevê-se despesas no valor de 51.105 €. Está principalmente relacionado com os projetos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (ver detalhe no mapa das AMR).

“**Ativos Financeiros**” refere-se à comparticipação do Município na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM). A contribuição do município para o FAM foi reduzida pelo artigo 303 da Lei 114/2017 de 29/12, sendo que o valor a pagar em 2019 é de 35.454 €. A participação termina em 2020 com um valor a realizar de 17.727 €.

“**Passivos Financeiros**” referem-se a amortizações de empréstimos de médio e longo prazos anteriormente contratados pelo município.

Dentro deste valor está incluído o empréstimo de curto prazo a contratar no início do ano (500.000 €). Este empréstimo está considerado pelo mesmo valor quer na despesa, quer na receita, ou seja, não influencia o equilíbrio do orçamento.





“**Outras Despesas de Capital**” – Esta rubrica foi dotada para prevenir uma eventual devolução de fundos comunitários recebido no âmbito da Construção da Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade. Caso a providência cautelar interposta pelo Município não seja aceite pelo tribunal, obriga o Município a desenvolver uma negociação com a Agencia para o Desenvolvimento e Coesão para que a devolução possa ser feita de forma faseada (máximo de 36 meses).

3.5. Grandes Opções do Plano (GOP)

As GOP, de horizonte móvel de 4 anos, constituem o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.

São parte integrante deste documento:

- O **PPI** – Plano Plurianual de Investimentos
- As **AMR** – Atividades mais Relevantes

O PPI inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal e explicita a respetiva previsão de despesa, contemplando igualmente os ajustamentos resultantes das execuções anteriores.

O PPI apresenta valores dentro da linha de investimentos definida.

As AMR constituem um conjunto de atividades coordenadas, englobando um grupo de ações marcantes, de duração inferior a um ano, que regra geral se realizam e esgotam num exercício económico e que enquadrámos em despesas correntes e em despesas de capital, (na parte das transferências de capital - investimentos realizados por entidades diversas da Câmara).

GOP	2019
PPI - Plano Plurianual de Investimentos	5 738 431 €
AMR - Atividades Mais Relevantes	5 537 690 €
TOTAL	11 276 121 €

3.5.1 PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Desenvolvendo o PPI com esta estrutura, obtivemos totais por objetivo e por programa que nos permitem ter uma visão setorial do que a Câmara tenciona realizar no período, em cada um desses setores.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL
	PROGRAMA	OBJECTIVO	DE DOTAÇÕES
OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		421 162	7,3%
Programa 2 - Equipamentos e Serviços	371 162		6,5%
Programa 3 - Segurança e ordem pública /Proteção Civil	50 000		0,9%
OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS		2 199 894	38,3%
Programa 1 - Educação	195 674		3,4%
Programa 4 - Saneamento	16 611		0,3%
Programa 5 - Águas	136 205		2,4%
Programa 6 - Resíduos Sólidos	32 774		0,6%
Programa 7 - Coesão Social	519 695		9,1%
Programa 8 - Cemitério	2 502		0,0%
Programa 9 - Proteção do Meio Ambiente	46 951		0,8%
Programa 10 - Cultura	1 141 303		19,9%
Programa 11 - Desporto	108 179		1,9%
OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS		3 117 374	54,3%
Programa 1 - Indústria e Energia	933 542		16,3%
Programa 2 - Ordenamento do Território	6 150		0,1%
Programa 3 - Rede Viária e Arruamentos Municipais	1 481 003		25,8%
Programa 4 - Transportes Rodoviários	58 597		1,0%
Programa 6 - Mercados e Feiras	635 082		11,1%
Programa 7 - Turismo	3 000		0,1%
OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES		1	0,0%
Programa 3 - Juventude	1		
TOTAL DO PPI	5 738 431		100,0%

O Plano de Investimentos para o ano de 2019 totaliza 5.738.431 €, repartido em 4 objetivos e 18 programas.

Verifica-se que 38,3 % do investimento previsto é destinado às **funções sociais**, com destaque acentuado para o “Programa 10 – Cultura com 19,9 %, para o “Programa 7 – Coesão Social” com 9,1 % e para o Programa 1 – Educação com 3,4 %. No mapa do PPI poderão ser vistos os projetos que constituem estes programas.

Nas **funções económicas**, a Câmara prevê investir 3.117.374 € o que representa 54,3 % do PPI. O programa com mais destaque é o “Programa 3 – Rede Viária e Arruamentos Municipais”, “Programa 1 – Indústria e Energia” e o “Programa 6 – Mercados e Feiras”.

As **funções de administração geral**, absorvem 7,3 % do investimento.



Os principais projetos que compõem o plano de investimentos para o ano de 2019 são:

Designação	Valor
Cine Teatro S. João - Remodelação e Modernização	1 128 000,00
Requalificação do Espaço Público - ARU 1	947 910,00
Reabilitação Mercado Diário (Ambiental e Energética)	621 080,00
Melhoria do Desempenho Energético do Município - Iluminação Pública (ITI)	500 000,00
Req. Urbana Espaço Público, Equip. e Edificado nos Bairros Sociais - ARU3	495 695,00
Conclusão das Obras de Urbanização - Loteamento "Fontalgarve"	197 500,00
Complexo Logístico e Industrial do Entroncamento	150 000,00
Reabilitação de Pavimentos e Passeios da Zona Industrial	143 690,00
Benef. CM1179-Ligação concelho Ent.ºaté limite T.Novas-Z.I.Riachos	121 900,00
Storage (Sistema Centralizado de Armazenamento)	83 025,00
Piscina Municipal - Cobertura	75 000,00
Projeto WiFi - Fase 1	73 260,00
Requalificação Urb. da Área Envolvente Z. Industrial Desativada (JFNSF)	69 275,00
Interaje - Aprendizagem Colaborativa	58 302,00
Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares	53 000,00
Escola Básica EB 2/3 Dr. Ruy Andrade - Correção de Defeitos	53 000,00
Edifício para Força de Segurança - Esquadra da P.S.P.	50 000,00
Execução Rede Distribuição e Drenagem de Águas - Rua Bairro Miranda	49 565,00
Principais projetos	4 870 202,00
% no total do PPI	85%
Total do PPI	5 738 431,00

De referir que apesar de não estarem contempladas na listagem acima, é intenção do executivo dar início a projetos como:

- Pista de Atletismo
- Melhoria da Eficiência Energética – Fase 2
- Consolidação das Margens da Albufeira do Bonito
- Reflorestação da área anexa ao Parque do Bonito
- Projeto de uma nova biblioteca

Poderá tornar-se necessário a contratação de um empréstimo de MLP para financiar algum destes projetos.

3.5.2 AMR – Atividades Mais Relevantes

Para 2019, totalizam 5.537.690 €.

DESIGNAÇÃO	POR	POR	% NO TOTAL
	PROGRAMA	OBJECTIVO	DE DOTAÇÕES
OBJECTIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		156 481	2,8%
Programa 01 - Administração Geral	64 690		1,2%
Programa 02 - Equipamentos e Serviços	63 440		1,1%
Programa 03 - Segurança e Ordem Pública	28 351		0,5%
OBJECTIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS		3 112 992	56,2%
Programa 01 - Educação	487 651		8,8%
Programa 02 - Saúde	500		0,0%
Programa 03 - Ação Social	94 260		1,7%
Programa 04 - Saneamento	566 200		10,2%
Programa 05 - Águas	1 056 218		19,1%
Programa 06 - Resíduos Sólidos	353 009		6,4%
Programa 09 - Proteção do Meio Ambiente	53 490		1,0%
Programa 10 - Cultura	348 597		6,3%
Programa 11 - Desporto	92 282		1,7%
Programa 12 - Outras Atividades Cívicas	13 285		0,2%
Programa 13 - Protocolos	47 500		0,9%
OBJECTIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS		641 965	11,6%
Programa 01 - Indústria e Energia	558 290		10,1%
Programa 04 - Transportes Rodoviários	1		0,0%
Programa 05 - Comércio	12 500		0,2%
Programa 06 - Mercados e Feiras	56 880		1,0%
Programa 07 - Turismo	14 294		0,3%
OBJECTIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES		1 626 252	29,4%
Programa 01 - Operações da dívida autárquica	1 461 800		26,4%
Programa 02 - Transferências entre administrações	159 452		2,9%
Programa 03 - Juventude	5 000		0,1%
TOTAL	5 537 690		100,0%



A área mais representativa é “**Funções Sociais**”, com as quais o município prevê gastar 3.112.992 € e representa 56,2 % do total das AMR, destacando-se:

Programas: “04 - Saneamento / 05 – Água / 06 – Resíduos Sólidos “

Estes 3 programas totalizam 1.975.427 € e representam 26,4 % do total das atividades mais relevantes.

Programa 01 – “Educação” representa 8,8 %.

Destaca-se neste programa o projeto “**Estudar na Cidade**” que se divide em aquisição de livros e material escolar num valor estimado em cerca de 24.000 €, num apoio complementar ao Pré-escolar no valor de 750 € (verba distribuída às salas de aula do Pré-escolar para a compra de material didático) e apoio escolar (5º ao 10º ano) num valor total de 32.000 €, esta medida implica uma comparticipação de 25 € na compra de livros e material escolar por cada aluno **matriculado do 5º ao 10º ano inclusive.**

Programa 10 – “Cultura” representa 6,3 %

Compõe-se essencialmente do apoio a atividades no âmbito cultural e desportivo e bem assim a associações e coletividades do concelho que desempenham a sua atividade nestes domínios e ainda de iniciativas promovidas pelo município.

Face aos valores do orçamento 2018 regista-se um aumento de 17,60 %, ou seja, 52.178 €.

O Objetivo 04 – Programa 01 diz respeito ao serviço da dívida, para o qual se estima a importância de 1.626.252 €. Incluem-se os encargos com juros e amortizações dos empréstimos que o município tem contratados (29,4 %).

4. Quadro Plurianual Municipal

Tendo em conta o art.º 44 da Lei 73/2013 de 03 de setembro o órgão executivo terá de apresentar ao órgão deliberativo municipal, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental.

O quadro plurianual define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município. Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

Tendo em conta o art.º 47.º da referida lei os elementos constantes do quadro plurianual são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da lei.

Neste contexto de omissão legislativa, que se verificou também em 2015, 2016, 2017 e 2018, e atendendo à complexidade dos documentos envolvidos, à ausência de tipificação de documentos, bem como ao facto dos valores projetados para 2019 se tornarem vinculativos, entende-se não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Segue na folha seguinte a posição da ANMP acerca do assunto.

Assunto: **Quadro plurianual municipal**

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contactar a ANMP, em relação à elaboração do “**Quadro Plurianual Municipal**”, previsto no art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).
2. O referido “**Quadro Plurianual Municipal**” carece da regulamentação estabelecida no art.º 47.º da mesma Lei, o qual dispõe que “**Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei**”.
O decreto-lei a que se refere o art.º 47.º **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014**, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.
3. Acresce que, nos termos do n.º 3 do art.º 47.º da LFL, “**os limites** (a que se refere o n.º 2 do mesmo artigo) **são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento.**”
Ora **não podem os Municípios** correr o risco **de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe**.
Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.
4. Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do art.º 44 da lei n.º 73/2013, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.
A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.

5. Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Na sequência da aprovação do Decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, o qual entra em vigor em 01 de janeiro de 2018, os Municípios tinham a dúvida se o presente Orçamento era preparado com base no POCAL (que será revogado com a entrada do SNC-AP) ou era feito utilizando os novos classificadores da receita e da despesa aprovados pelo SNC-AP.

Em relação a esta dúvida a DGAL esclareceu que o Orçamento de 2019 era preparado e aprovado em **base POCAL** e que em 2019 iria haver a conversão do Orçamento 2019 para o SNC (documento abaixo).



NOTA INFORMATIVA

ASSUNTO: ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DAS ENTIDADES PÚBLICAS AUTÁRQUICAS PARA O ANO DE 2019: POCAL | DIVULGAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA CNC.

Na sequência do adiamento da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) para dia 1 de janeiro de 2019 para as entidades do subsetor da administração local, foi solicitado parecer à Comissão de Normalização Contabilística (CNC) sobre o referencial contabilístico a seguir na elaboração e aprovação dos documentos previsionais das entidades públicas autárquicas para o ano de 2019.

Desse modo, esta Direção-Geral vem dar conhecimento a V. Exas. de que a CNC *“reitera o entendimento de que o orçamento das entidades autárquicas para 2019, a elaborar em 2018, ainda deverá ser preparado de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 1/1/2019, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP.”*

6. Responsabilidades Contingentes

Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 46º do RFALEI, os municípios devem de incluir no relatório do orçamento quadro com a identificação e descrição das responsabilidades contingentes.

Descrição	Autor	Valor total	Previsão de impacto em 2019	Grau de Incerteza
Devolução de Fundos Comunitários (Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade)	Agencia para o Desenvolvimento e Coesão	784 729,08	261 576,36	Aguarda decisão de providência cautelar

Outros processos que não se preveem impactos em 2019, ou para os quais não existe valor previsto de indemnização resultante de uma condenação

Pretende o autor a anulação do contrato para concessão da gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações celebrado entre o Município do Entroncamento e a FIRST RULE, SA	PT – Comunicações, SA	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretende o autor que o ato de aplicação de penalidades seja declarado nulo, por não conter o respetivo conteúdo e objeto.	Nogueira & Matias, Lda	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretende o autor a que o Município seja condenado a indemnizar o A. pela violação do seu direito de propriedade sobre o logotipo e projeto de sinalética relativa ao Parque Verde do Bonito.	A&L Criatividade e Comunicação, Lda	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretende o Autor que seja declarada a resolução do contrato de Prestação de Serviços de Projeto de Remodelação/Ampliação do Cineteatro São João, celebrado com a Demandante, em 11 de outubro de 2010, por facto imputável ao Demandado.	JA – Arquitectos, Lda	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretende o Autor que seja declarada a ilicitude da rescisão contratual operada pelo Réu e condenando o Réu a indemnizar a Autora pelos danos causados.	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretende o Autor o reconhecimento do direito do Autor ao subsídio de reintegração.	João José Pescador de Matos Fanha Vieira	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Pretendem os Autores que lhe seja reconhecido o direito de propriedade sobre o prédio urbano (loteamento), no qual se inclui a parcela de terreno com a área de 1 912,30m ² sito na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho do Entroncamento, que seja declarada a nulidade do Protocolo de Acordo entre o Réu Município do Entroncamento e o Autor Fernando de Jesus Ferreira.	Fernando de Jesus Ferreira, Elisabete Trindade Ferreira Gomes, Nuno Fernando Trindade Ferreira e Rafael Trindade Ferreira	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Com a ação vem o Autor pedir que fosse julgado procedente o requerimento executivo e em consequência especificar os atos e operações em que consiste a integral execução da sentença do Processo n.º 1320/13.0BELRA-A.	Autor- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL)	-	-	Aguarda-se desenvolvimentos à contestação
Com a ação veio o Autor pedir a condenação do Município do Entroncamento a pagar-lhe uma indemnização no valor de 11.768,31€, acrescida de juros de mora desde a data de citação, à taxa legal, até efetivo e integral pagamento, por responsabilidade civil extracontratual.	Autor: Jaime de Jesus Batista Figueiredo	-	-	Aguarda-se prolação do Acórdão

Do quadro acima destaca-se o processo de devolução de fundos comunitários recebidos na sequência da construção da Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade.

O Município colocou uma providência cautelar para suspender a decisão da Agencia para o Desenvolvimento e Coesão e aguarda decisão por parte do tribunal. Caso a providência cautelar seja aceite o processo de devolução ficará suspenso até à decisão final da ação principal. No caso de não ser aceite obrigará o município a negociar um pagamento em prestações (máximo de 36 meses, permitido por lei) para minimizar o impacto da sentença.



Entroncamento, 30 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria